



GT 055. Povos e Comunidades Tradicionais: estratégias de mobilização política, reconhecimento e luta pela garantia de direitos

Claudina Azevedo Maximiano (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas) - Coordenador/a, Thereza Cristina Cardoso Menezes (CPDA-UFRRJ) - Coordenador/a, Maria Helena Ortolan (UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS-UFAM) - Debatedor/a, Alfredo Wagner Berno de Almeida (universidade Estadual do Maranhão) - Debatedor/a, Maria José da Silva Aquino Teisserenc (Universidade Federal do Pará) - Debatedor/a

O reconhecimento dos direitos dos povos e comunidades tradicionais vigentes a partir da Constituição Federal de 1988 trouxe como desdobramentos políticas específicas, principalmente no que diz respeito à assistência estatal nas áreas de educação, saúde, economia e regularização de terras. Tais direitos foram se consolidando através da ação desses agentes sociais, concretizado nos diversos movimentos sociais que em suas pautas reivindicatórias trouxeram para o cenário político brasileiro as demandas de garantias de direitos específicos e diferenciados. Esse Grupo de Trabalho (GT) pretende reunir pesquisadores interessados em analisar comparativamente, por meio da apresentação de pesquisas a atuação dos agentes sociais, indígenas, ribeirinhos, quilombolas, artesãos entre outros. As articulações e lutas pelo reconhecimento e por afirmação dos direitos conquistados e, ainda a fragilização e ameaças aos direitos conquistados no atual contexto sociopolítico brasileiro serão os objetos das discussões e reflexões desse GT. O objetivo é refletir e possibilitar discussões sobre as estratégias utilizadas pelos povos e comunidades tradicionais na perspectiva do fortalecimento das lutas pela reafirmação de direitos conquistados, sobretudo o que tange a educação, saúde e a defesa dos territórios tradicionalmente ocupados.

A rede que a cada ponto é amarrada: a territorialidade dos jongueiros e caxambuzeiros na tríplice fronteira

Autoria: Larissa de Albuquerque Silva

A presente comunicação tem como foco de análise a agência dos jongueiros e caxambuzeiros, categoria compartilhada pelos agentes sociais da pesquisa, membros de comunidades negras e quilombolas situados na junção entre os estados do Espírito Santo, Rio de Janeiro e Minas Gerais (Brasil). Nessa tríplice fronteira entre os referidos estados, mais precisamente entre o Sul do Espírito Santo, Norte e Noroeste Fluminense e Sudeste de Minas Gerais, foi observado a constituição de uma ampla rede de festas devocionais ligadas a prática do Jongo e Caxambu. A partir desse contexto, interrogo-me aqui sobre a formação de um circuito festivo, na intenção de, neste momento, descrever as primeiras análises sobre a constituição de relações imersas em conjuntos significativos desses agentes étnicos na produção de territorialidades específicas a partir das pesquisas etnográficas iniciadas no ano 2012, ainda enquanto bolsista do Programa de Pesquisa e Extensão Jongos e Caxambu: culturas afro-brasileiras no Espírito Santo (PROEXT/UFES). Dessa maneira, nota-se um movimento intenso de reivindicações culturais por direitos relacionados à garantia do patrimônio cultural e dos territórios tradicionais, especialmente quilombolas, o que transforma uma região em um território reivindicativo a partir da agência dos sujeitos políticos em busca de seus direitos étnico-raciais (BOURDIEU, 1989). Em suma, a presente proposta tem seu vínculo na Antropologia Social, com a perspectiva



dos estudos sobre Etnicidade e Patrimônio Cultural afro-brasileiro. Nesse propósito, a comunicação se propõe a debater os processos organizativos dessa rede, ao passo que é constituído produções simbólicas e as territorialidades agenciadas por estes agentes em busca de seus direitos étnico-raciais.

[Trabalho completo](#)



Realização:



Apoio:



Organização:

